

Inflação e custo da cesta básica na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1994-04

Everson Vieira dos Santos*

Professor do Centro Universitário Ritter do Reis e das Faculdades Rio-Grandenses (FARGS) e Coordenador do Núcleo de Estatística do IEPE-UFRGS.

Gentil Corazza**

Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFRGS.

Resumo

O presente trabalho procura analisar o comportamento da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e do custo da cesta básica, ambos calculados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE-UFRGS), com abrangência na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1994-04. As principais conclusões são que a inflação apurada pelo IPC-IEPE se manteve em queda no período 1994-98, alcançando níveis reduzidos de inflação e, a partir de 1998, apresentou elevações das taxas em dois momentos, 1999 e 2002, em função de fatores conjunturais. No período 1995-04, foi apurada uma taxa média de inflação anual de 9,9%. Já a taxa de inflação acumulada desde o Plano Real (01.07.94) registrou 200,89% de aumento, enquanto o custo da cesta básica teve uma elevação menor, de 139,57%.

Palavras-chave: inflação; cesta básica; Região Metropolitana de Porto Alegre.

Abstract

This paper tries to analyze inflation behavior, measured by the Consumer Price Index (IPC) and the Basic Basket cost both calculated by the Economic Research and Study Center — IEPE/UFRGS including the Metropolitan Region of Porto Alegre, in the period from 1994-2004. The main conclusions were that the inflation found out by the IPC/IEPE was kept in decline in the period from 1994 to 1998, reaching reduced levels of inflation and then it showed raised rates in two moments: in 1999 and in 2002 due to conjunctural factors. In the period from 1995 to 2004 it reached an increased average rate of 9,9%. Yet the accumulated inflation rate, since the Real Plan (01/07/94), has shown an increase of 200,89% while the Basic Basket cost had a minor increase of 139,5%.

Artigo recebido em 05 jan. 2006.

* E-mail: eversan@ufrgs.br

** E-mail: gentil@ufrgs.br

1 - Introdução

Uma das grandes preocupações dos governos brasileiros, nos últimos anos, foi controlar o processo inflacionário e alcançar a estabilidade econômica no País. Para tanto, foram implementados diversos planos de estabilização, dos quais o mais bem-sucedido foi o Plano Real, lançado em julho de 1994.

Existe a crença de que a meta macroeconômica da estabilidade de preços contribui de forma determinante para o alcance de outras metas de governo, como, por exemplo, crescimento econômico, distribuição equitativa da renda e geração de elevado número de emprego. No entanto, a realidade não parece confirmar essa crença, pois, ao mesmo tempo em que a inflação se tem mostrado em queda, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tem sofrido reduções anuais, até chegar ao seu nível mais baixo em 1998, de 0,13%, conforme é apresentado na Tabela 1.

Em 1993, ano que antecedeu o início do Plano Real, a inflação registrada pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI-FGV) chegou a alcançar um crescimento anual de 2.708,2%, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE), hoje indicador oficial de inflação, registrou, naquele ano, 2.477,15%. Esse nível de inflação forçou a criação e a implementação de um plano econômico que pudesse reduzir e controlar o acelerado processo inflacionário brasileiro. Nos primeiros meses da vigência do Plano Real, já se percebiam decréscimos significativos nos níveis de preços, e, alguns anos depois, a crônica instabilidade de preços, que sempre representou um desafio para a economia brasileira, estava controlada.

Entre os efeitos da inflação, está a redução do poder de compra dos agentes econômicos, principalmente da classe trabalhadora. Esse segmento, em períodos inflacionários, tem seu acesso a bens e serviços reduzido, o que provoca uma acentuada redução no seu padrão de vida.

Vários institutos de pesquisa, utilizando diferentes metodologias, têm elaborado índices econômicos com a finalidade de acompanhar o movimento da inflação brasileira.

A proposição do presente trabalho é analisar o comportamento da inflação da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no período do Plano Real. Para tanto, recorre-se ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo Centro de Estudos e Pesquisas

Econômicas (IEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que estuda o comportamento dos preços nessa área. O período de análise vai de julho de 1994 a dezembro de 2004, compreendendo, portanto, os Governos Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e os primeiros dois anos do Governo Lula.

É também objetivo deste trabalho analisar o custo da cesta básica calculado pelo IEPE-UFRGS. A cesta compõe-se de 54 produtos, que vão desde gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza até fumo e gás de cozinha, com suas respectivas ponderações. O período de estudo será o mesmo do IPC. A cesta básica permite ao consumidor acompanhar os preços dos produtos de primeira necessidade em nível de varejo, na RMPA.

Enfatiza-se que o estudo tem sua análise voltada aos índices de inflação apontados pelo IPC-IEPE e pela cesta básica, restritos à sua área de pesquisa, e as abordagens dos autores atêm-se aos resultados desses indicadores locais de preços, que influenciam o poder de compra dos agentes econômicos dessa região. Dessa maneira, procurou-se identificar os principais grupos de consumo que contribuíram para o aumento da inflação no período estudado. Ressalta-se que o comportamento desse indicador de inflação é relevante, principalmente para a população dessa região, uma vez que os agentes econômicos têm utilizado sistematicamente esse índice.

A concepção do IPC-IEPE sempre foi a de fornecer às comunidades local e regional informações sobre as variações de preços de cada bem de consumo e serviço que compõe a estrutura do índice.

Esse indicador de inflação é bastante utilizado nos mais variados segmentos da comunidade econômica, sejam eles privados (reajustes de contrato de aluguéis, preços de refeições, etc.), sejam públicos (Corregedoria, Colégio Registral, etc.). Dessa forma, o trabalho procura proporcionar, para a comunidade local, uma análise do comportamento do indicador de preços no período proposto, bem como a divulgação dos seus resultados para os vários segmentos da comunidade econômica da região, uma vez que esse baliza suas decisões. Destaca-se que foi observado um comportamento similar entre o IPC-IEPE, indicador local de inflação, e o IPCA-IBGE, indicador oficial de inflação.

Os resultados sinalizam uma consolidação do processo de estabilização econômica na área de estudo, embora, em alguns anos, tenham-se verificado momentos de instabilidade nos preços em função de fatores conjunturais.

Além desta **Introdução**, o texto compõe-se de mais três seções. Na seção 2, apresentam-se os principais elementos metodológicos utilizados no cálculo da inflação na Região Metropolitana de Porto Alegre. Na seção 3, analisam-se os dados de inflação e do custo da cesta básica, iniciando com o período de queda da infla-

ção, de 1994 a 1998, e, na sequência, relatando-se o comportamento da inflação no período 1999-04. Ainda nessa seção, estabelece-se uma comparação entre o IPC-IEPE e o IPCA-IBGE, apontando-se as similaridades. Por fim, tecem-se as **Considerações finais**.

Tabela 1

Variação percentual do PIB e da inflação anual acumulada na RMPA e no Brasil — 1994-98

ANOS	PIB	IPC-IEPE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE	IGP-DI-FGV	CESTA BÁSICA
1993	4,92	2 540,94	2 489,11	2 477,15	2 708,2	2 535,16
1994	5,85	1 128,57	929,32	916,84	1 093,9	937,62
1995	4,22	21,83	21,98	22,40	14,8	7,59
1996	2,66	11,53	9,12	9,50	9,3	4,88
1997	3,27	7,68	4,34	6,22	7,5	9,1
1998	0,13	-1,35	2,49	1,65	1,7	-12,7

FONTE: UFRGS/IEPE.
IBGE.
FGV.

2 - Metodologia

Os dados utilizados neste trabalho provêm do Índice de Preços ao Consumidor e do custo da cesta básica, ambos calculados pelo IEPE-UFRGS. Os dados são mensais e abrangem o período jul./94-dez./04. Tanto os dados do IPC-IEPE quanto os da cesta básica são resultados da **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**, que buscou identificar a estrutura de consumo de um conjunto de famílias na RMPA.

A POF tem o objetivo de recolher informações sobre número de pessoas da família, tipo de residência, condição de posse, número de peças, área, instalações existentes, situação física do domicílio ocupado, além de averiguar despesas e rendimentos familiares. Os dados da última POF compreendem o período nov./94-out./95 e correspondem à atual estrutura do IPC-IEPE e da cesta básica.

O plano amostral adotado utilizou o valor lançado do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) de cinco municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, que são: Alvorada, Canoas, Gravataí, Porto Alegre e Viamão. O IPTU foi usado como variável de comando para determinação do tamanho da amostra.

A amostra foi formada por 1.182 questionários aplicados em famílias na faixa de renda de um a 21 salários mínimos, cuja composição média ficou em 3,82 pessoas, com salário médio de 8,01 salários mínimos (R\$ 961,30 em valores de 1995).

Obteve-se o vetor de ponderações dos 281 itens que apresentaram grande frequência de compra e/ou significativa participação na despesa total das famílias e que passaram a integrar o cálculo do IPC-IEPE. A estrutura de pesquisa é de 770 produtos e serviços, que, posteriormente, foram agregados, formando a composição de consumo final de 281 itens. O índice é divulgado no último dia útil de cada mês, sendo largamente utilizado por vários setores da economia na RMPA, principalmente na área de alimentação.

Já a cesta básica tem como finalidade detalhar o comportamento dos preços em nível de varejo na RMPA, uma vez que seu custo é expresso em moeda vigente da época. Atualmente, a cesta básica é composta por 54 produtos, que vão desde alimentação, higiene pessoal, limpeza, fumo até gás de cozinha (até abril de 1998, a cesta compunha-se de 49 produtos). O peso dos 54 produtos da cesta básica em relação ao gasto total das famílias é de 34,34%.

3 - Análise dos resultados

O ano de 1994 marcou o início de uma nova fase da economia brasileira, tendo em vista a implementação do Plano Real e seu sucesso quanto à redução da inflação e à manutenção do seu controle. Com isso, as expectativas dos agentes econômicos, antes voltadas para os índices inflacionários, passaram a visar ao andamento das atividades econômicas sob a nova perspectiva criada pelo Plano. A análise dos resultados será feita através das três etapas seguintes.

3.1 - Declínio inflacionário — 1994-98

A concretização da principal meta macroeconômica do Plano Real parece ser inegável, na medida em que conseguiu reduzir drasticamente o aumento de preços. Ferrari Filho (2001), em seu texto intitulado **O Legado do Plano Real: Uma Estabilização sem Crescimento**, reconheceu o êxito do Plano, principalmente em relação à estabilidade inflacionária, embora ressalte os desequilíbrios externo e interno ocorridos no período.

Segundo dados do IPC-IEPE, o ano de 1993 registrou uma taxa de inflação acumulada de 2.540,94%, valor que traduz a grande instabilidade de preços vivida pela economia, conforme Tabela 1.

No primeiro semestre de 1994, o acumulado da inflação chegou a 831,16%. Nesse período, foram colocadas em prática as políticas preparativas para implementação do Plano Real, tais como a política fiscal restritiva e a desindexação da economia, através da Unidade Real de Valor (URV).¹ No segundo semestre, o objetivo maior do Governo foi alcançado, como comprovam os diversos indicadores de inflação conhecidos no País. O IPC-IEPE registrou, no período, uma taxa de inflação acumulada de apenas 31,94%, enquanto o IGP-DI assinalou 38,1%.

Similarmente, o comportamento do custo da cesta básica sinalizou a mesma tendência no primeiro semestre de 1994, antes da implementação do Plano Real, com uma elevação de 855,31%. Já no segundo semestre daquele ano, a cesta básica acusava um aumento de apenas 22,78%, mostrando a contenção da escalada dos preços e o sucesso das medidas antiinflacionárias adotadas pelo Governo.

Com a inflação mais controlada, o ano de 1995 apresentou taxas de inflação bem menores, o IPC-IEPE registrou aumento de 21,83%, enquanto a cesta básica apontava uma elevação de custo de apenas 7,59%, sinalizando uma maior estabilidade nos preços dos produtos de alimentação. A inflação acumulada no ano de 1995 foi de 21,83% (Tabela 1), fato que representa menos de 1% da inflação acumulada no ano de 1993 e menos de 2% da inflação acumulada em 1994.

Nesse mesmo ano, o salário mínimo foi reajustado em 42,86%, passando de R\$ 70,00 para R\$ 100,00, o que significou um aumento real em relação aos índices de inflação, conforme Tabela 2.

De acordo com os dados acima, verifica-se que o salário mínimo teve aumento real, enquanto os preços dos produtos básicos se apresentavam estáveis, beneficiados pela apreciação cambial, que proporcionou um aquecimento no consumo. Ferrari Filho (2001) afirma que o efeito brusco da redução da inflação resultou em uma expansão no nível de consumo e, por conseqüência, na atividade econômica, no curto prazo. Machado e Fontes (2001) utilizaram o modelo econométrico de vetores auto-regressivos (VAR), para identificar as relações dinâmicas entre o consumo final das famílias, a renda nacional disponível bruta e a oferta monetária. Concluíram que "(...) a resposta do consumo em relação aos impulsos na renda e na riqueza [é] inicialmente [positiva]."

A expansão do consumo gerou crescimento da oferta monetária, que, por sua vez, comprometeu os níveis de expansão monetária previstos, fazendo com que as autoridades governamentais adotassem medidas de contenção, como a elevação das taxas sobre os depósitos compulsórios, para controlar a oferta monetária e a demanda agregada da economia.

Conforme o IPC-IEPE acumulado de 1995, a menor taxa de crescimento verificou-se no grupo alimentação, que registrou uma variação média de preços de apenas 2,73%, contrastando com o grupo outros serviços (aluguel, condomínio, médico, dentista, sindicatos, seguros médicos e loterias), que apresentou uma taxa de inflação altíssima (87,08%), o maior aumento verificado entre os quatro grupos componentes do IPC-IEPE, como se pode ver na Tabela 3.

De acordo com a Tabela 3, pode-se identificar que o grupo outros serviços foi determinante da taxa de inflação geral do IPC-IEPE, com praticamente o quádruplo do valor do índice geral, porém, na composição da estrutura de consumo, esse grupo representa 13,87%. Por outro lado, o grupo alimentação, que conta com 41,5%

¹ Para maior detalhamento, consultar Ferrari Filho (2001).

de participação na composição de pesquisa do IPC-IEPE, teve apenas 2,73% de aumento.

Em 1996, a economia foi marcada pela continuidade de quedas nas taxas de inflação, mostrando-se esta ainda mais suave em relação à do ano anterior, com uma taxa acumulada de somente 11,53%. Essa taxa de variação representa uma queda da inflação, em 1996, de, aproximadamente, 50% frente à do ano anterior. A consolidação do processo de estabilização alcançado naquele ano reflete o sucesso da política econômica implementada pelo Plano Real e o aumento do nível de confiança da sociedade na política econômica do Governo.

O custo da cesta básica registrou uma taxa de aumento de 4,88% no ano de 1996 (Tabela A.4 do **Apêndice**), valor significativamente menor do que a taxa apurada no ano anterior, que foi de 7,6%.

O Banco Central (Bacen) adotou, naquele ano, uma política monetária que não permitia pressões sobre a demanda agregada. Como resultado, o Produto Interno Bruto registrou uma expansão de apenas 2,66%, e o produto *per capita* elevou-se em 1,5%. Assim, combinaram-se um pouco de crescimento com estabilização econômica no terceiro ano consecutivo de queda da inflação.

A inflação de 11,53% do ano de 1996 só não foi menor porque os grupos serviços públicos e de utilidade pública (água, imposto predial, passagem de transporte, ônibus, luz, telefone, selo, etc.) e outros serviços (aluguel, condomínio, médico, dentista, sindicatos, seguros médicos e loterias), que representam, juntos, aproximadamente 32% do peso da estrutura de consumo do IPC-IEPE, apresentaram taxas de crescimento de 22,77% e 21,13% respectivamente. Por isso, podem ser considerados os vilões da inflação naquele ano, principalmente quando, nesses grupos, aparecem os produtos dos chamados “preços administrados”. Com efeito, os outros dois grupos que compõem o IPC-IEPE, alimentação e não alimentares, tiveram aumentos de apenas 4,9% e 5,89% respectivamente, conforme se observa na Tabela 3.

No ano de 1997, a inflação apresentou uma trajetória decrescente, tendo o IPC-IEPE acusado uma inflação menor do que dois dígitos, de apenas 7,68% (Tabela 3), caracterizando a mais baixa taxa de inflação apurada pelo IPC-IEPE desde a implantação do Plano Real. Verificou-se naquele ano, da mesma forma que no ano anterior, uma recomposição de preços públicos, quando o grupo serviços públicos e de utilidade pública apresentou, no período, uma elevação de preço médio de 12,1%, valor superior ao dos demais grupos do IPC-IEPE.

Em termos comparativos, o acumulado do IGP-DI de 7,5% no ano de 1997 registrou um número de inflação muitíssimo próximo ao encontrado pelo IPC-IEPE, que foi de 7,68% (Tabela 1). Isso mostra que, apesar das diferenças metodológicas, ocorreu uma convergência em termos de resultados inflacionários.

Da mesma forma, constatou-se que a taxa de aumento da cesta básica foi menor do que dois dígitos, 9,11%, gerando uma expectativa benéfica, principalmente para os assalariados, que já acumulavam aumento real de salário.

Desde o início do Plano Real até 1997, o salário mínimo havia-se elevado em 85,21% em termos nominais, enquanto o IPC-IEPE registrava aumento de 59,79%, indicando, ainda, um aumento do poder de compra real naquele período de, aproximadamente, 16%. Naquele ano, o salário mínimo apresentou um aumento nominal de 7,14%, passando de R\$ 112,00 para R\$ 120,00, o que representou a menor taxa de crescimento do salário mínimo desde o início do Plano Real (Tabela 2).

Dentre as medidas de política econômica conduzida pelo Governo, a elevação da taxa de juros, que quase dobrou em 1997, desempenhou um papel importante para a determinação de uma inflação com menos de dois dígitos, uma vez que seus efeitos foram sentidos no nível do investimento e do consumo da economia.

Em 1997, ao mesmo tempo em que se exaltavam os resultados das taxas inflacionárias (Tabela 3), o nível de produção da economia apresentava uma taxa de crescimento de 3,27%, reforçada pelos resultados dos indicadores de salários e rendimentos, que apontavam ganhos reais, explicados, em parte, pela baixa taxa de inflação apurada no período. Nesse mesmo ano, o impulso ao crescimento econômico foi dado pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), que promoveu a transferência, para o setor privado, de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e a concessão de telefonia celular e de malhas ferroviárias.

De 1994 até 1997, a política econômica buscou a intensificação da abertura comercial como forma de tornar o mercado interno mais competitivo e favorável à redução do nível de preços da economia. Diferentemente dos anos anteriores até agora comentados, o de 1998 caracterizou-se pelo registro negativo da taxa de inflação do IPC-IEPE, ou seja, desde a implementação do Plano Real, foi a primeira vez que o acumulado no ano apontou taxas de inflação negativas, de -1,35%. O resultado pode encontrar explicação nas quedas dos preços médios dos produtos do grupo alimentação, com redução de -0,49%, e do grupo não alimentares, com queda

de -5,87%. Ressalta-se que o grupo constituído por serviços públicos e de utilidade pública registrou aumento de 3,53%, o maior entre os grupos do IPC-IEPE, e pelo terceiro ano consecutivo, como se pode ver na Tabela 3.

O ano de 1998 foi um ano atípico na economia brasileira. Houve um processo de deflação, tendo o IPC-IEPE apontado uma taxa de queda de -1,35%, e a cesta básica, da mesma forma, registrava uma redução de -12,17%, motivo de muita comemoração para os consumidores, que viram os preços de alguns produtos se reduzirem. Enquanto a inflação estava em queda, o salário mínimo era reajustado em 8,33%, nesse ano, representando um acréscimo na capacidade de consumo.

A maior redução nas taxas da cesta básica do que nas taxas do IPC-IEPE reflete uma queda mais acentuada nos gêneros de primeira necessidade.

Outro indicador de inflação que acusou uma redução no acumulado do ano de 1998 foi o IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), registrando uma queda de -1,78%. Nesse mesmo sentido, o IPCA do IBGE, embora não registrasse taxa negativa de inflação, acusou o mais baixo nível de inflação no período estudado, de 1,65%. Houve, também, naquele ano, uma convergência dos vários índices de preços existentes, todos registrando níveis mais baixos de inflação (Tabela 1).

Tabela 2

Salário mínimo e cesta básica em valores nominais correntes, na RMPA — 1994-99

MÊS E ANO	SALÁRIO MÍNIMO		CESTA BÁSICA (variação %)
	Valor (R\$)	Variação %	
Jul./94	64,79	-	-
Set./94	70,00	8,04	17,35
Mai/95	100,00	42,86	9,58
Mai/96	112,00	12,00	9,51
Mai/97	120,00	7,14	5,31
Mai/98	130,00	8,33	-4,75
Mai/99	136,00	4,61	2,78

FONTE: UFRGS/IEPE.

Tabela 3

Variação percentual da inflação acumulada no ano, por grupos do IPC-IEPE, na RMPA — 1995-98

GRUPOS DO IPC-IEPE	1995	1996	1997	1998
Alimentação	2,73	4,90	11,13	- 0,49
Não alimentares	14,76	5,89	5,94	-5,87
Serviços públicos e de utilidade pública	15,35	22,77	12,1	3,53
Outros serviços	87,08	21,13	3,28	0,50
IPC geral	21,83	11,53	7,68	-1,35

FONTE: UFRGS/IEPE.

3.2 - Repiques da inflação — 1999-04

No ano de 1999, a inflação voltou a elevar o IPC-IEPE, apresentando uma taxa de 11,7%. Os combustíveis tiveram forte participação na apuração desse resultado, uma vez que aumentaram 39,75% no ano, contribuindo para que o grupo não alimentares, ao qual pertencem, apresentasse uma variação de 15,31%, conforme pode ser visto na Tabela 4. Esse grupo tem uma participação de, aproximadamente, 26% do total da estrutura de consumo do IPC-IEPE.

Ocorreu igual tendência nos preços que compõem a cesta básica, os quais registraram aumentos médios de 14,55%, contrastando com o aumento do salário mínimo de apenas 4,62%, que, assim, não acompanhou o ritmo de crescimento da inflação.

O ano de 1999 marcou também a implantação do sistema de metas de inflação no Brasil, pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho. Esse sistema propõe o estabelecimento formal de metas e intervalos de tolerância para as taxas de inflação em períodos determinados. A partir do estabelecimento das metas de inflação, a política monetária passou a ser orientada e executada de forma a alcançar os objetivos propostos. A proposição da execução dessa política (meta inflacionária) é fundada na crença de que o crescimento econômico pode ocorrer após haver estabilização de preços. Acredita-se que, depois de fixadas as metas de inflação, os agentes econômicos, principalmente os empresários, formem suas expectativas em relação à inflação com base nas previsões das autoridades monetárias, previsões estas que devem ter impactos sobre a determinação dos salários e os preços da economia.

Silva (2001), no seu trabalho **Metas de Inflação: Uma Análise da Experiência Brasileira**, usando um modelo auto-regressivo vetorial, conclui que o sistema de metas tem possibilitado que os países alcancem uma trajetória de estabilidade de preços, sem que isso represente uma despreocupação com o crescimento econômico, inclusive, afirma que permitiria que a economia entrasse em uma fase de crescimento sustentado.

No ano de 1999, a meta de inflação foi fixada em 8%, com dois pontos percentuais de desvio, e as metas inflacionárias para 2000 e 2001 foram fixadas em 6% e 4% respectivamente, mantendo os mesmos percentuais de desvios. O IPCA foi o indicador escolhido pelas autoridades monetárias para nortear a meta de inflação. Esse índice é calculado pelo IBGE desde 1980, com

abrangência em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e Goiânia, aplicado para famílias com renda de um a 40 salários mínimos.

Esse indicador oficial de inflação acusou, em 1999, um aumento de 8,93% no nível geral de preços, ou seja, ficou dentro das metas inflacionárias previstas. Os níveis de inflação registrados pelo IPC-IEPE, nos anos 2000 e 2001, apresentaram ritmo de crescimento de preços menores que no ano de 1999, com as taxas de 7,08% e 8,46% respectivamente. Essa mesma tendência de baixa verificou-se no comportamento da cesta básica, que foi de 5,13% em 2000 e de 11,97% em 2001. Portanto, IPCA e IPC-IEPE apresentaram a mesma tendência de elevação das taxas de inflação nos dois anos acima citados.

No ano 2000, houve uma recuperação no nível de atividade econômica, como pode ser observado pela taxa de crescimento do PIB, que passou de 0,79% em 1999 para 4,36% em 2000. O cenário favorável daquele ano decorreu da política econômica implementada principalmente na área monetária, como a redução das taxas de juros, de 19% a.a. para 15,25% a.a., e da taxa de reserva compulsória sobre os depósitos à vista, que passou de 65% para 45% em junho.

Apesar de o ano de 2001 ter-se caracterizado pela instabilidade internacional provocada por fatos como a crise da Argentina e os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos e, internamente, o País ser abalado pela crise energética, que ameaçava o nível de produção das empresas brasileiras, a inflação registrada pelo IPC-IEPE apresentou-se praticamente no mesmo patamar da do ano anterior, 8,46%. A condução severa da política monetária, que aumentou a taxa Selic de 15,25% a.a. do início do ano para 19% a.a. em julho, para evitar o contágio dos cenários externo e interno da economia em nível de preços, foi exitosa, mantendo a inflação, em 2001, em apenas um dígito. Por outro lado, seus efeitos foram sentidos nos resultados do PIB, que registrou uma taxa de crescimento de apenas 1,31%, ou seja, um desaquecimento da economia, da ordem de 70% em relação ao ano anterior.

A evolução dos preços, em 2001, esteve condicionada por fatores externos que exerceram pressões sobre a taxa de câmbio. O resultado do IPC-IEPE, de 8,46% (Tabela 4), sofreu forte influência do aumento nos preços administrados (ônibus, energia elétrica), sobretudo no segundo semestre, pois o acumulado no ano desse grupo acusou um aumento de 11,59%. Da mesma forma, o grupo alimentação, especialmente o subgrupo dos produtos *in natura*, registrou fortes altas de preços nos primeiros meses, atingindo 9,63% no ano.

Destaca-se o aumento de preços administrados como um dos principais fatores de pressão na inflação de 2001, na Região Metropolitana de Porto Alegre (Tabela 4 e Gráfico 1).

O ano de 2002, diferentemente do anterior, registrou forte tendência inflacionária, com crescimento da inflação na ordem de 95,5%, em relação ao ano anterior. A inflação nesse ano foi de 16,54%, taxa mais alta verificada desde 1996 pelo IPC-IEPE. Os resultados econômicos, de um modo geral, foram influenciados pelas expectativas das eleições no País. Nos últimos meses do ano de 2002, verificaram-se as mais altas taxas de inflação mensal dos últimos anos. O mês de novembro chegou a registrar um crescimento preocupante de 4,54%, taxa altíssima, se comparada com os resultados mensais do IPC-IEPE desde a implantação do Plano Real. Os preços que impulsionaram esse resultado do índice foram os da alimentação, com a elevada taxa de crescimento de 24,21% no ano. Conforme relatórios do Bacen (Bol. Banco Central do Brasil, 2005), a economia sofreu os impactos da entressafra agrícola, que gerou, nos últimos trimestres do ano, escassez de oferta agrícola, que, por sua vez, determinou aumento das importações. Aliada ao aumento das importações, ocorreu uma depreciação do real, que se refletiu no aumento dos preços dos produtos importados. Em contrapartida, o Bacen apontou um crescimento no superávit comercial de US\$ 2,7 bilhões em 2001 para US\$ 13,1 bilhões em 2002, como consequência da recuperação da economia no segundo semestre de 2002.

O outro destaque ficou por conta dos preços dos combustíveis, que tiveram uma taxa de crescimento de 23,34% no ano. A incerteza quanto à política econômica que iria sair vencedora do pleito gerou desdobramentos sobre a formação das expectativas nas decisões de investimento e sobre a atividade produtiva, uma vez que um partido de esquerda poderia ascender ao poder.

A cesta básica do IEPE-UFRGS apurou um aumento de 25,88% em 2002, confirmando a tendência de aumento dos preços. Os dois indicadores do IEPE apresentaram taxas de crescimento superiores às do salário mínimo, que foi de 11,03%.

Em função de medidas tomadas nas áreas fiscal, cambial e monetária, ao final de 2002, a inflação, segundo o IPC-IEPE, mostrou acentuado recuo no ano de 2003, em relação às taxas do ano anterior, ou seja, uma queda de, aproximadamente, 50%, diminuindo de 16,54% para 8,14%. Essa redução também foi reforçada pelos preços médios dos 54 produtos da cesta básica, com um crescimento de apenas 2,43%, significando que a

alimentação teve crescimento menor do que os outros grupos que compõem a estrutura do IPC-IEPE.

Os preços dos serviços públicos e de utilidade pública lideraram os aumentos de preços do índice, chegando ao nível de crescimento de 14,46%, fato que representou um crescimento 77,64% superior ao resultado geral do IPC. Ou seja, esse grupo contribuiu significativamente para os resultados da inflação em 2003.

Os índices apurados pelo IPC-IEPE mostraram-se compatíveis com os resultados apontados pelo Bacen, uma vez que a economia vivia, no primeiro semestre de 2003, um momento de instabilidade nos planos político e econômico, devido ao processo de transição de Governo. Essa situação refletiu-se em um avanço de preços bem superior no primeiro semestre, de 6,4%, em relação ao segundo semestre, que apresentou uma taxa de inflação de 1,6%.

Tendo dado o Governo Lula continuidade à política econômica posta em prática pelo Governo Fernando Henrique, a inflação do segundo semestre de 2003 manteve-se controlada. As medidas econômicas adotadas pelo Governo tinham por objetivo acalmar o mercado, ao mesmo tempo em que restauravam a credibilidade da sociedade. Com isso, foram esquecidas as promessas de campanha, como, por exemplo, políticas de criação de emprego.

No primeiro semestre de 2003, segundo dados do IBGE, houve uma redução no nível de consumo final na economia, em relação ao último trimestre de 2002, sendo 6,89% no primeiro e 1,89% no segundo trimestre, e esse nível de consumo só foi recuperado no terceiro trimestre. Esse mesmo comportamento foi observado para o nível de investimento no mesmo período.

Deve-se ressaltar que a política monetária foi conduzida de modo que a taxa de juros se mantivesse alta durante todo o primeiro semestre de 2003. Somente na 86ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a taxa Selic foi reduzida de 26% para 24,5% ao ano, mantendo uma trajetória de queda até chegar, no final do ano, em 16,5%. A redução da taxa de juros visou à recuperação do nível da atividade econômica, que, no acumulado do primeiro semestre, já registrava uma redução de -1,7%. Tal fato contribuiu para a queda do rendimento médio real dos trabalhadores, em 12,6%, no ano de 2003.

No início do segundo semestre de 2003, certo de que as metas inflacionárias (5,5% a 8,5%) seriam alcançadas, o Governo procurou realizar uma flexibilização na política monetária, para recuperar o nível de atividade da economia e não finalizar o ano com taxas de crescimento negativo. Uma situação de

desaquecimento da economia, logo no primeiro ano do Governo Lula, causaria impactos políticos negativos.

Em 2004, o comportamento dos preços mostrou-se semelhante ao do ano anterior, ficando o IPC-IEPE em apenas 6,91%, nível levemente inferior ao do ano anterior, conforme Tabela 5. Assim, apesar de as taxas de juros se manterem em níveis bem menores do que as de 2003, a taxa de inflação de 2004 foi menor do que em 2003.

Os preços dos produtos de alimentação acusaram, em 2004, uma elevação de apenas 3,31%, sendo o gru-

po que apresentou o menor crescimento no ano, contribuindo, de forma significativa, para o baixo nível de inflação desse ano, conforme o indicador em questão. Aumentos de preços bem mais elevados foram verificados no grupo outros serviços, com elevação de 11,33%, e no grupo não alimentares, com aumento de 10,52%, significando resultados de 63,96% e 52,24% respectivamente, superiores aos resultados do IPC-IEPE geral.

A cesta básica, por sua vez, teve uma elevação no custo total de somente 3,79% no ano, apontando a baixa contribuição dos produtos alimentares na inflação.

Tabela 4

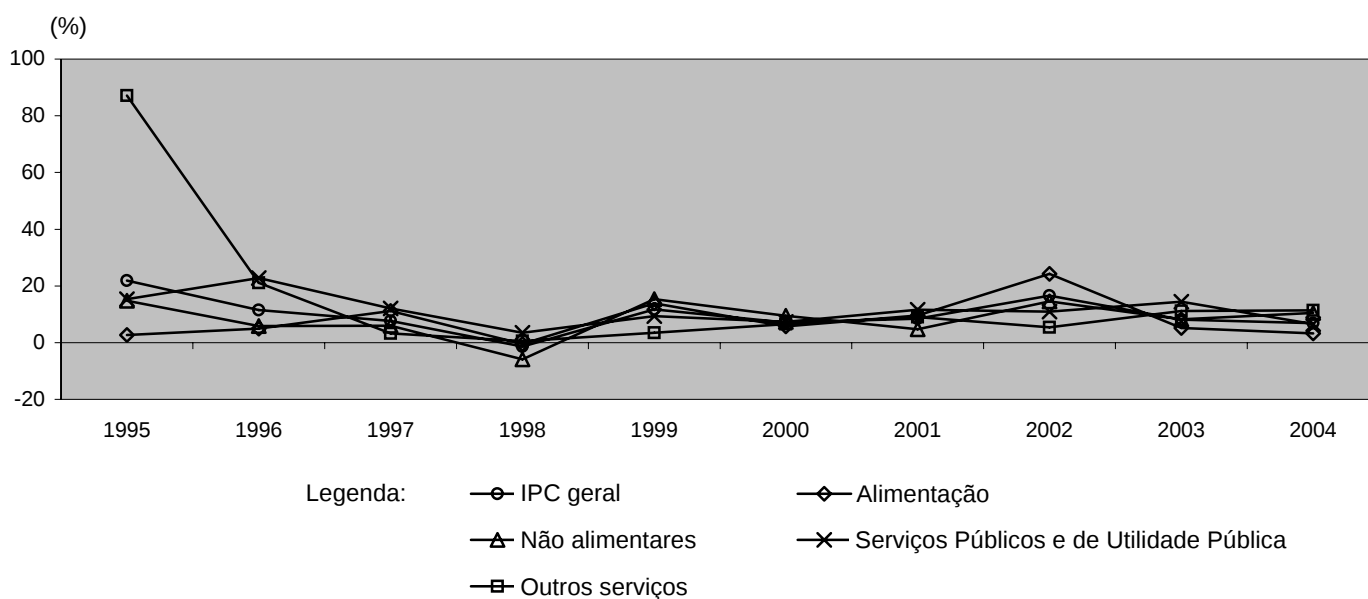
Variação percentual da inflação acumulada no ano, por grupos do IPC-IEPE, na RMPA — 1999-02

GRUPOS DO IPC-IEPE	1999	2000	2001	2002
Alimentação	13,87	5,71	9,63	24,21
Não alimentares	15,31	9,48	4,71	14,55
Serviços públicos e de utilidade pública	9,37	7,30	11,59	10,91
Outros serviços	3,49	6,52	9,63	5,36
IPC geral	11,70	7,08	8,46	16,54

FONTE: UFRGS/IEPE.

Gráfico 1

Variação percentual da inflação acumulada anual, por grupos do IPC-IEPE, na RMPA — 1995-04



FONTE: UFRGS/IEPE.

Tabela 5

Variação percentual da inflação acumulada no ano, por grupos do IPC-IEPE, na RMPA — 2002-04

GRUPOS DO IPC-IEPE	2002	2003	2004
Alimentação	24,21	5,12	3,31
Não alimentares	14,55	8,22	10,52
Serviços públicos e de utilidade pública	10,91	14,46	6,51
Outros serviços	5,36	11,16	11,33
IPC geral	16,54	8,14	6,91

FONTE: UFRGS/IEPE.

3.3 - Similaridade de resultados: IPC-IEPE e IPCA-IBGE

Embora o IPC-IEPE seja um indicador de inflação que tenha abrangência apenas sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o IPCA tenha abrangência nacional, ambos os indicadores apresentaram a mesma tendência em evolução dos preços pesquisados, sendo alguns resultados anuais muito semelhantes, fato que pode ser observado no Gráfico 1, resguardadas as suas respectivas metodologias.

De 1995 a 1998, o comportamento dos preços que compõem a estrutura de pesquisa do IPC-IEPE apresentou-se muito próximo ao comportamento dos preços pesquisados pelo IPCA-IBGE, pois ambos registraram quedas consecutivas anuais nesse período, com a diferença de ter o IPC-IEPE registrado queda mais acentuada ao final desse período. O Gráfico 2 permite a visualização desse comportamento de inflação.

O período de 1995 (criação do Plano Real) até 1998 chama atenção pela tendência de comportamento decrescente da inflação do IPC-IEPE e do IPCA-IBGE.

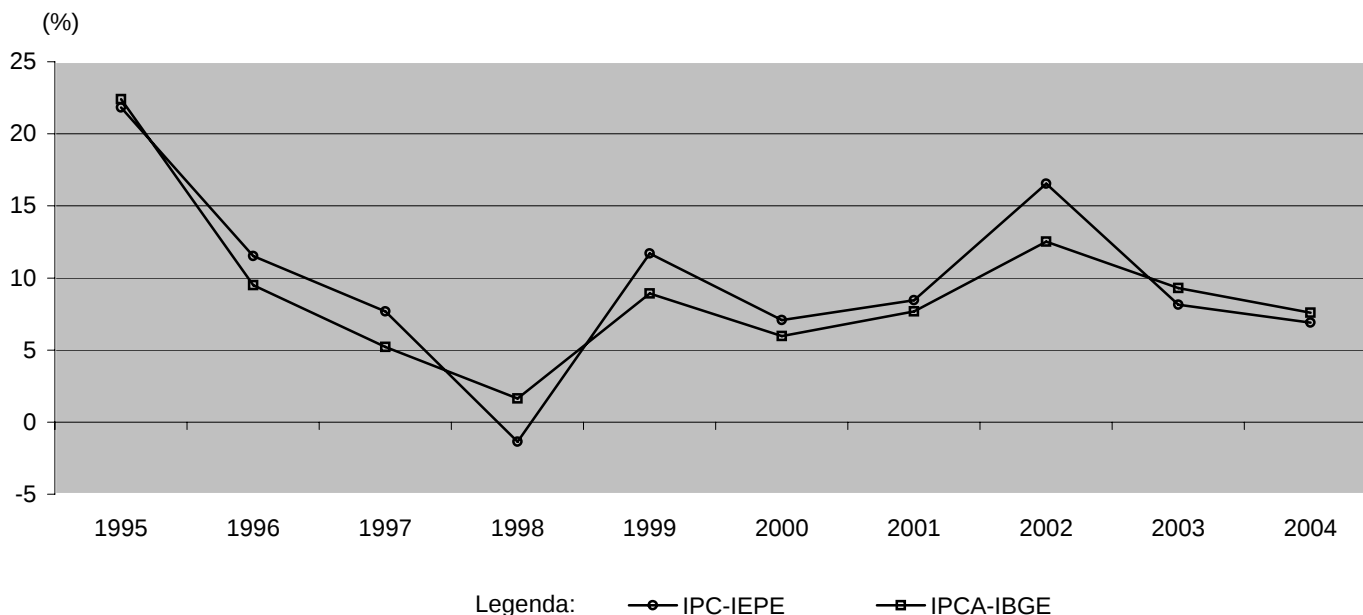
No ano de 1999, de acordo com os dois indicadores, a inflação aumentou, retornando aos níveis de 1996, registrando, posteriormente, elevações mais acentuadas em 2002, ano marcado pela ocorrência da disputa à Presidência da República e por fatores conjunturais que contribuíram para o crescimento da taxa de inflação.

Apesar de a inflação ter se manifestado de forma mais acentuada em 1999 (11,7%), nos dois anos seguintes voltou a recuar ao nível de 1997, gerando maior tranquilidade ao País e a reafirmação de confiança da sociedade no Plano Real.

O maior momento de instabilidade de preços (16,54% de inflação) vivido pelo País foi registrado em 2002, quando a sociedade fez sua opção em relação às plataformas eleitorais que iriam governar o País nos quatro anos seguintes. Passado o pleito, o Governo instalado tratou de executar uma política econômica capaz de afastar o clima de instabilidade gerado no País, principalmente no que se refere ao controle do processo inflacionário, obtendo sucesso nesse sentido, uma vez que se apurou, em 2003, uma queda em torno de 50% nos níveis de preços, em relação à taxa de inflação de 2002.

Gráfico 2

Variação percentual da inflação acumulada anual, segundo o IPC-IEPE
e o IPCA-IBGE, na RMPA e no Brasil — 1995-04



FONTE: UFRGS/IEPE.
IBGE.

4 - Considerações finais

Na análise das taxas anuais de inflação apuradas pelo IPC-IEPE desde a implantação do Plano Real, percebe-se que a economia brasileira conseguiu alcançar a estabilidade de preços, o objetivo maior do Plano Real. De acordo com os resultados do IPC-IEPE, verificou-se uma taxa de inflação média anual de 9,9% no período 1995-04, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em uma análise por períodos, os dados do IPC-IEPE mostraram uma taxa média de inflação de 10,27% no período 1995-99, taxa que apresentou redução para 9,57% no período de 2000-04. Ou seja, nos últimos cinco anos, a inflação média da RMPA apresentou-se menor do que a de igual período anterior. No entanto, essa política de controle da inflação não permitiu um melhor desempenho para o crescimento do produto, especialmente em três anos específicos — 1998, 1999 e 2003 — que assinalaram taxa anual de crescimento menor do 1%, resultado que influenciou negativamente a geração de emprego e renda nacional.

Considerando os resultados da inflação do IPC-IEPE no Governo Lula, pode-se inferir que existe uma continuidade da política econômica em relação ao governo anterior, no sentido de ser priorizada a estabilização econômica. O período estudado mostrou uma redução nas taxas de crescimento da inflação nos seguintes períodos: 1994-98, 2000-01 e 2003-04. Já nos anos de 1999 e 2002, as taxas de inflação mostraram comportamentos opostos, identificando-se pequenos repiques inflacionários.

A partir dos resultados do IPC-IEPE, pode-se dizer que a economia atingiu um processo de estabilização no nível geral de preços, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A variação acumulada do IPC-IEPE no período estudado (1995-04) foi de 152,24%, enquanto, desde o início do Plano Real (01.07.94), a inflação foi de 200,89%.

Apêndice

Tabela A.1

Variação percentual acumulada no ano do IPC-IEPE na RMPA — 1994-04

GRUPOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alimentação	1 215,24	2,73	4,90	11,13	-0,49	13,87	5,71	9,63	24,21	5,12	3,31
Alimentação no domicílio	1 219,64	1,86	5,00	11,41	-0,53	14,34	5,84	9,93	24,37	4,85	3,19
Industrializados	1 142,06	10,62	4,97	5,69	-4,30	18,13	0,36	10,77	31,51	3,97	1,49
Semi-elaborados	1 033,12	3,08	7,63	8,92	4,75	14,23	9,86	7,63	19,73	9,07	1,28
<i>In natura</i>	1 753,67	-12,66	0,48	27,06	-3,36	5,93	12,66	11,96	16,06	-0,03	11,17
Alimentação fora do domicílio ...	1 076,72	25,89	2,61	5,27	0,02	3,82	2,80	2,17	19,92	12,41	6,32
Produtos não alimentares	994,78	14,76	5,89	5,94	-5,87	15,31	9,48	4,71	14,55	8,22	10,52
Habitação	1 039,07	18,60	-0,16	6,15	-7,22	14,69	5,87	4,87	13,86	9,80	7,65
Combustíveis	864,17	11,63	22,47	16,12	5,18	39,75	34,03	5,98	23,34	4,68	16,26
Vestuário	1 136,31	6,33	-1,61	-2,17	-17,77	5,54	0,72	1,36	13,32	9,51	9,92
Saúde/higiene pessoal	1 025,03	14,36	10,32	12,51	1,38	17,97	3,23	4,94	12,29	11,09	4,49
Educação	952,10	30,78	17,14	-0,93	-0,32	6,38	6,75	-0,65	2,87	9,06	11,88
Fumo	705,15	37,20	8,88	7,76	0,38	0,00	1,89	17,04	8,10	3,86	16,78
Serviços públicos e de utilidade pública	1 108,61	15,35	22,77	12,10	3,53	9,37	7,30	11,59	10,91	14,46	6,51
Outros serviços	1 392,36	87,08	21,13	3,28	0,50	3,49	6,52	9,03	5,36	11,16	11,33
Índice geral	1 128,57	21,83	11,53	7,68	-1,35	11,70	7,08	8,46	16,54	8,14	6,91

FONTE: UFRGS/IEPE.

Tabela A.2

Variação mensal do IPCA-IBGE no Brasil — 1994-04

MESES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Janeiro	41,31	1,70	1,34	1,18	0,71	0,70	0,62	0,57	0,52	2,25	0,76
Fevereiro	40,27	1,02	1,03	0,50	0,46	1,05	0,13	0,46	0,36	1,57	0,61
Março	42,75	1,55	0,35	0,51	0,34	1,10	0,22	0,38	0,60	1,23	0,47
Abril	42,68	2,43	1,26	0,88	0,24	0,56	0,42	0,58	0,80	0,97	0,37
Maio	44,03	2,67	1,22	0,41	0,50	0,30	0,01	0,41	0,21	0,61	0,51
Junho	47,43	2,26	1,19	0,54	0,02	0,19	0,23	0,52	0,42	-0,15	0,71
Julho	6,84	2,36	1,11	0,22	-0,12	1,09	1,61	1,33	1,19	0,20	0,91
Agosto	1,86	0,99	0,44	-0,02	-0,51	0,56	1,31	0,70	0,65	0,34	0,69
Setembro ...	1,53	0,99	0,15	0,06	-0,22	0,31	0,23	0,28	0,72	0,78	0,33
Outubro	2,62	1,41	0,30	0,23	0,02	1,19	0,14	0,83	1,31	0,29	0,44
Novembro ...	2,81	1,47	0,32	0,17	-0,12	0,95	0,32	0,71	3,02	0,34	0,69
Dezembro ...	1,71	1,56	0,47	0,43	0,33	0,60	0,59	0,65	2,10	0,52	0,86
Acumulado	916,4	22,40	9,5	5,22	1,65	8,93	5,97	7,67	12,53	9,3	7,60

FONTE: IBGE.

Tabela A.3

Variação real do PIB no Brasil — 1990-04

		(%)
ANOS	PIB	
1990	-4,35	
1991	1,03	
1992	-0,54	
1993	4,92	
1994	5,85	
1995	4,22	
1996	2,66	
1997	3,27	
1998	0,13	
1999	0,79	
2000	4,36	
2001	1,31	
2002	1,93	
2003	0,54	
2004	4,90	

FONTE: IBGE.

Tabela A.4

Variação anual do custo da cesta básica, segundo o IPC-IEPE, na RMPA — 1995-04

ANOS	CESTA BÁSICA	ANOS	CESTA BÁSICA
1995	7,59	2000	5,13
1996	4,88	2001	11,97
1997	9,11	2002	25,88
1998	-12,17	2003	2,43
1999	14,55	2004	3,79

FONTE: UFRGS/IEPE.

Tabela A.5

Custo da cesta básica, segundo o IEPE-UFRGS, na RMPA — 1994-04

(R\$)

MESES	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Janeiro	(1)101 442,34	278,93	309,44	313,73	339,13	308,00
Fevereiro	(1)138 317,18	280,43	311,24	320,55	347,88	317,00
Março	(1)196 025,61	276,91	311,03	324,07	354,44	333,98
Abril	(1)306 325,96	285,02	310,89	326,54	343,98	332,54
Maiο	(1)437 948,38	286,46	313,71	330,38	314,70	323,45
Junho	227,92	283,79	316,55	324,81	316,61	320,10
Julho	261,42	282,02	317,18	326,15	314,46	326,53
Agosto	261,42	286,25	321,16	329,88	307,72	330,43
Setembro	267,47	290,93	318,89	331,81	312,18	329,64
Outubro	274,30	296,91	318,54	337,66	311,11	338,09
Novembro	273,39	299,13	317,41	340,00	300,35	340,19
Dezembro	279,83	301,07	315,75	344,50	302,59	346,61

MESES	2000	2001	2002	2003	2004
Janeiro	345,56	364,00	414,15	520,11	530,18
Fevereiro	350,86	365,90	415,62	527,44	544,98
Março	352,63	370,00	415,00	536,35	539,36
Abril	346,49	379,87	414,78	537,66	544,81
Maiο	343,55	381,32	413,12	540,18	548,62
Junho	346,55	387,14	423,90	528,60	549,59
Julho	357,10	390,01	432,12	527,61	554,55
Agosto	357,33	391,05	435,50	527,24	557,19
Setembro	360,60	390,82	447,06	531,14	553,85
Outubro	359,89	398,31	472,58	526,98	548,60
Novembro	361,47	399,51	496,96	527,14	542,68
Dezembro	364,39	408,00	513,58	526,07	546,02

FONTE: UFRGS/IEPE.

(1) Valores em cruzeiros reais.

Referências

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL — Relatório Anual 2002. Brasília: Bacen. Disponível em: www.bancocentral.gov.br. Acesso em: mar./abr. 2005.

FERRARI FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento. **Análise Econômica**, Porto Alegre, Ano 19, n. 35, p. 5-22, 2001.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO, R. J. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2004.

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: mar./abr. 2005.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas; UFRGS, 2004. Disponível em: www.ufrgs.br/iepe. Acesso em: mar./abr. 2005.

MACHADO, Jean Carlo; FONTES, Rosa. Consumo agregado e planos de estabilização no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, Ano 19, n. 35, p. 23-36, 2001.

SILVA, Marcelo E. A. **Metas de inflação**: uma análise da experiência brasileira. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.